

LIBRAS E EDUCAÇÃO ESCOLAR: A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA FACILITADORA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM¹

Lilian de Souza Batista Silva¹

¹UFRN/FELCS e G-Pieford/CNPq/FELCS/UFRN, Currais Novos/RN, Brasil,

lilian.souza@ufrn.br

RESUMO: O referido artigo aborda o trabalho da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na Educação Escolar, mais precisamente na educação infantil e, para tanto, volta-se à ludicidade como ferramenta facilitadora no processo de ensino e aprendizagem desta citada língua, no âmbito escolar. Para tanto, analisaremos como os jogos e brincadeiras favorecem e contribuem para o processo de ensino e aprendizagem da Libras, tanto pelas crianças surdas quanto pelas ouvintes. Nesse sentido, é o oportuno refletirmos acerca da ludicidade enquanto instrumento facilitador do processo ora mencionado, tendo em vista que, por meio das brincadeiras é possível ensinar e compartilhar conhecimentos, pensamentos e valores, sejam eles morais, culturais e ou sociais, bem como apreender o que está sendo repassado. Desta maneira, estimulamos as crianças e contribuimos para sua formação e autonomia enquanto sujeitos ativos desse processo de ensino e de aprendizagem. Por fim, cabe ressaltar que este trabalho acadêmico é de cunho bibliográfico, o qual utilizou-se de fontes teóricas para sua devida elaboração, sendo apresentado primeiramente com sua introdução, seguido pelo desenvolvimento, o qual engloba fundamentação teórica, destacando a Libras e sua evolução no Brasil; a Libras e a inclusão de crianças surdas; o ensino de Libras na educação infantojuvenil; o ensino de Libras e seus desafios e a ludicidade como ferramenta facilitadora da aprendizagem, finalizando com as considerações finais e as referências utilizadas.

Palavras-chave: Libras. Educação Escolar. Ludicidade.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de pesquisas em andamento e de questionamentos sobre a importância da Língua Brasileira de Sinais, doravante Libras, bem como do seu processo de entrada no campo da educação, levando em consideração o design do jogo como meio de facilitar a aprendizagem da língua ora mencionada. Como estamos nos referindo à Libras no ambiente escolar, ressalta-se que a função da escola vai além da noção de formar os alunos, mas sim de prepará-los para desempenhar um papel na sociedade, para perseguir seus sonhos, cumprindo assim a tarefa como ser humano (Moratori, 2003).

Ao longo dos anos, muito se tem falado sobre o ensino de Libras nas instituições escolares, no entanto, pouco tem sido feito em relação à análise da prática desta língua, considerada primordial. Na maioria dos casos, as instituições de ensino não permitem o ensino da língua de sinais, pois é notória a falta de profissionais qualificados em Libras, e por isso, consideramos que estes profissionais devem estar presentes no processo de inclusão, enquanto educadores e auxiliares destes.

Outrossim, registros da história brasileira apontam que a inclusão dos surdos na sociedade é uma atividade que causa problemas, uma vez que a discriminação e o ponto de vista errado sobre os surdos trouxeram atrasos culturais e institucionais cujas lacunas persistem até os dias atuais e, como resultado disso, as crianças surdas de determinadas gerações vivenciaram uma fase problemática em relação à aprendizagem. Diante disso, o problema centrou-se em obter resposta à seguinte questão: como um jogo pode facilitar o ensino de crianças surdas na educação escolar?

Ao trabalhar com crianças surdas utilizando o lúdico, percebe-se que ele se torna uma ferramenta facilitadora no processo educativo, pois através da brincadeira é possível observar a diversidade de ideias, valores e culturas, estimulando assim a criança a querer aprender, a cooperar e sobretudo a ter confiança e autonomia em tudo o que faz.

Importa destacar que o objetivo geral deste trabalho é, portanto, mostrar a importância da ludicidade enquanto ferramenta facilitadora no ensino e aprendizagem de crianças surdas na educação escolar. Nesse sentido, os objetivos específicos buscaram analisar como a atividade lúdica que pode ser utilizada como ferramenta pedagógica na educação; apresentar como o jogo e suas múltiplas formas facilitam o ensino da Língua Brasileira de Sinais, destacando seu papel inclusivo e social na instituição, além de observar o processo de aprendizagem por meio de jogos e suas contribuições no estudo de Libras pelas crianças surdas.

2. A LIBRAS E SUA EVOLUÇÃO NO BRASIL

Durante o século XV, os surdos eram considerados indivíduos sem qualquer educação e respeito, como sujeitos selvagens, sem capacidade de compreender as coisas, assim como não tinham capacidade de aprender o que lhes era transmitido, não havia forma adequada de "educação" para eles. Nesse sentido, as famílias deixaram de frequentar as reuniões e também excluíram os filhos, pois tinham vergonha de apresentá-los à sociedade que os desprezava.

Tal fato era justificado pelo fato destas pessoas não atenderem ao padrão proposto

pela sociedade, dessa maneira, essas crianças eram mantidas em casa, sem acesso à escola e só podiam sair na companhia dos pais (Goldfeld, 2002). Com o passar do tempo houve uma grande mudança nos fatos e a luta pela educação começou na Europa, sendo definida pela atuação de Eduard Huerto, um surdo francês farto da injustiça feita àqueles que não eram ouvintes.

Naquela época não se sabia que os surdos eram uma comunidade. Goldfeld (2002) explica que desde então a luta continuou a se expandir até que em 1857, Eduard Huert já no Brasil, pediu a Dom Pedro II que estabelecesse a primeira escola para surdos do país e, para a alegria de todos, os métodos utilizados apresentaram resultados satisfatórios e a escola foi rebatizada de Imperial Instituto de Surdos Mudos.

A instituição funciona até hoje, tendo sofrido algumas alterações físicas e estruturais, atualmente é conhecida como Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Importa destacar que, mesmo diante da luta pelos direitos dos surdos, ocorreu um evento sobre surdez em Milão, na Itália, debatendo o uso das línguas de sinais e sua proibição no mundo sob a justificativa que, para esta questão, no tocante à comunicação, a melhor maneira de interação entre surdos e ouvintes não era pela gesticulação, mas pela leitura labial.

Contrário a esta justificativa, Damázio (2005) reforça a importância da Língua Brasileira de Sinais no desenvolvimento e interação dos surdos, afirmando que:

“A LIBRAS, língua brasileira de sinais, possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual de quem a utiliza como ferramenta de comunicação, apoiando seu acesso ao conhecimento cultural científico, bem como a integração ao grupo social ao qual pertence” (Damázio, 2005 , pág. 61).

Nesse sentido, após esse acontecimento em Milão, persistiu o uso da linguagem de sinais, que logo voltou a ser utilizada, porém, em meados de 1993, iniciou-se uma nova discussão sobre um projeto de lei que regulamentava a Libras em território brasileiro. Por fim, em 24 de abril de 2002, foi aprovada a Lei nº 10.436, reconhecendo a Libras como meio legal de comunicação e expressão no Brasil, ratificada pela Lei de Acessibilidade, Lei nº 10.068.

2.1 A LIBRAS e a inclusão de crianças surdas

Como já visto, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é considerada uma língua reconhecida em território brasileiro desde sua aprovação em 24 de abril de 2002, pela Lei nº

10.436, sendo conhecida como uma linguagem gestual-visual em que o sujeito pode se comunicar por meio de gestos, expressões faciais e corporais.

Sabe-se que os surdos nascem em um mundo estruturado para a audição e desejam integrar-se a ele desde o início da vida. Nesse sentido, Silva (2006) afirma que o desejo da criança de poder participar de um mundo predominantemente ouvinte é uma busca de pertencimento e uma falta que é exigida desde o momento do nascimento.

Contudo, a adaptação é um processo inevitável, cujo caminho está repleto de desafios. Outrossim, a sua incorporação no sistema educativo regular é um debate social e político com diferenças de compreensão e interpretação devido aos valores culturais exibidos nas normas e comportamentos sociais e, conforme destaca Lodi (2013), para alcançar a verdadeira inclusão social, faz-se necessário que o legado da discriminação seja superado.

Importa destacar que inclusão das crianças surdas é essencial desde a primeira infância porque, além de ajudar as crianças ouvintes a comunicarem com as crianças com deficiência, também facilita a integração das pessoas surdas na sociedade. Sendo a infância o período em que o indivíduo forma a sua visão de mundo. A partir daí a sociedade deve passar a ser inclusiva. Não se recomenda que uma pessoa seja excluída do mundo social em nenhuma fase de sua vida, sobretudo nos primeiros anos de vida.

Segundo Silva (2006), a formação cognitiva do sujeito não é isolada, mas interage constantemente com o significado social. Assim, a inclusão social é promovida quando crianças surdas e ouvintes convivem no mesmo ambiente e vivenciam experiências comuns. Essa adaptação é causada pela imagem espelhada do mundo circundante que utiliza a linguagem falada, portanto o primeiro impulso da criança é imitar o comportamento de seu grupo social (Torres, 2020).

Além dos gestos falados, existem outras possibilidades de inclusão efetiva dos surdos no mundo ouvinte, como o âmbito da educação inclusiva e o domínio pleno da Libras. Para alcançá-los é necessário mudar a atitude de todos os envolvidos na vida da criança, eles devem aprender a língua de sinais para poder se comunicar de forma clara com a criança surda (Larcerda, 2000; Alves; Frassetto, 2015).

Para a efetiva inclusão social das crianças surdas, bem como das crianças com deficiência, é fundamental que a sociedade que vivencia o cotidiano desta comunidade seja ouvida tanto política, social e culturalmente (Lodi, 2013).

Dessa forma, Martins, Albres e Sousa (2015) enfatizam que as Escalas e os profissionais que as utilizam são de suma importância para provocar a mudança cultural, pois é fundamental que a mudança de percepção ocorra imediatamente em ambiente escolar e

familiar, que são os locais em que a criança surda mais convive, para posteriormente liberá-la na sociedade.

2.2 O ensino da libras na educação infantojuvenil

Lacerda e Turetta (2018) destacam que o homem é considerado um ser social, uma vez que ele se desenvolve por meio das experiências adquiridas com as pessoas as quais convive. Este desenvolvimento não se limita à mera assimilação dos conhecimentos adquiridos, mas inclui o ingresso em atividades psicológicas como memória, imaginação, linguagem e pensamento.

A experiência e a convivência também são processos evolutivos no cotidiano das crianças surdas. Porém, ao contrário das crianças ouvintes, que no início da vida têm a capacidade de contactar a língua portuguesa através da fonética, o pleno desenvolvimento das crianças surdas só será possível com a aquisição de uma língua oficial de sinais.

Diante disso, o ensino de Libras é de grande importância na educação de crianças e jovens, pois permite que crianças ouvintes aprendam a língua de outra comunidade e também desenvolvam um método inclusivo de convivência. Nesta ocasião, quando se trata de convivência, as escolas devem estar preparadas para acolher tanto crianças surdas quanto ouvintes.

Segundo Schemberg, Massi e Guarinello (2012), no momento em que a criança surda é inserida na instituição regular, existe um auxílio para que não apenas ela, todavia a criança ouvinte também possa fortalecer a aptidão para a Libras. Cabe frisar que, a existência de um professor devidamente capacitado para nortear esse processo assegura um grau de qualidade que não seria realizável quando de sua inexistência. Essa torna-se mais uma via que beneficia o ensino de crianças surdas e ouvintes para o processo de inclusão na comunidade.

O ensino da Libras na educação infantojuvenil tem bastante a colaborar com os ouvintes e surdos, uma vez que auxilia no refazer das visões linguísticas e nas conexões entre as atribuições psicológicas superiores, pois, segundo Alves e Frassetto (2015), o avanço da Libras a partir da educação infantil é expressivo, visto que colabora na interação social e na expressão motora da criança, além de beneficiar a identificação de si próprio e do próximo.

Em relação às prováveis soluções pedagógicas para o ensino da Libras, Pimentel, Limite e Buenaga (2021) enfatizam vários métodos que são capazes de serem trabalhados pelos docentes. Dentre eles, podemos citar os exercícios de libração de histórias, a utilização da leitura de maneira livre e agradável, bem como a utilização de jogos e brincadeiras que,

além de instruírem, proporcionam inclusão social e ludicidade. Esta comunicação permite a esses alunos o uso de expressões corporais e gestuais, concedendo mais liberdade aos seus movimentos.

Ensinar Libras na educação de crianças e jovens traz muitos benefícios para pessoas ouvintes e surdas, pois ajuda a restaurar visões linguísticas e conexões entre atributos psicológicos superiores.

2.3 O ensino da LIBRAS e seus desafios

Existem inúmeros desafios no ensino de Libras, tanto políticos, culturais e sociais, o que nos leva a compreender que há muito a ser feito. Lodi (2013) destaca os avanços e conflitos no campo político no tocante à educação bilíngue dos surdos e à sua inclusão social, sendo o impasse em relação à aplicabilidade de lei um dos maiores desafios.

A discrepância entre o que a lei decide e a realidade atual a qual as escolas sofrem torna-se um obstáculo que, infelizmente, causa divergências e assim gera um impacto negativo na educação das crianças surdas como um todo.

Em relação ao contexto familiar em que a criança surda está inserida, também percebe-se a existência de alguns obstáculos. Segundo Schemberg, Massi e Guarinello (2012), as instituições escolares e familiares devem estar ativamente envolvidos para oferecer às crianças surdas a oportunidade de aprender Libras. Tanto os docentes quanto os familiares precisam estudar a interação linguística da criança e, para isso, precisam adquirir conhecimento sobre a sua condição, bem como os devidos métodos a serem utilizados para uma maior e melhor interação e comunicação com o público não ouvinte.

Vale a pena notar que a maioria dos pais e alguns professores não compreendem a surdez e, portanto, não conseguem se comunicar de forma eficaz com os seus filhos e alunos. O método de ensino e aprendizagem da Libras, diante desse cenário, torna-se mais difícil para as crianças surdas a partir do momento em que elas se tornam filhas de pais ouvintes, o que na maioria das vezes acontece diante do que conhecemos como barreira linguística.

Devido ao desconhecimento da língua de sinais na família, a forma de comunicação com a criança é adaptada para que ela adote a comunicação não oficial da língua e crie um código próprio limitado a esta área.

Schemberg, Massi e Guarinello (2012) também descrevem incompatibilidades no processo de inclusão de surdos que, ao desenvolverem a língua de sinais, não conseguem se comunicar com segurança no ambiente escolar e familiar, justamente pela não

correspondência de gestos usado por pais e professores, o que torna evidente a falta de afinidade entre família e escola, prejudicando assim, o desenvolvimento da criança.

Diante disso, Lacerda e Turetta (2018) observam que o curso normal do desenvolvimento da linguagem ocorre na modalidade oral-auditiva, mas para uma criança surda a aprendizagem da língua requer meios diferentes. A aquisição da Libras é muito gestual-visual, e quanto mais rápido uma criança surda chegar a essa língua, mais próxima ela estará do progresso linguístico de uma criança ouvinte. As diferenças de gestos que ela usa em casa e que passa a usar no campo escolar a desorientam e podem levá-la a desprezar a escola.

Lodi (2013) enfatiza que, ao tratar das relações sociais e culturais, existe a possibilidade de comparar a Libras a uma língua estrangeira, uma vez que ela não se limita a uma ferramenta de comunicação para o espaço escolar das crianças surdas, sendo entendida como uma disciplina de língua estrangeira (Marques; Barroco; Silva, 2013). Portanto, é como se a criança surda conseguisse encontrar sua língua nativa em Libras e posteriormente conseguisse acompanhar a criança ouvinte em condições mais igualitárias.

2.4 A ludicidade como ferramenta facilitadora da aprendizagem

Existe um equívoco cultural, de que as crianças surdas são incapazes de abstração (Silva, 2006). Por esse motivo, não é incomum encontrar histórias de crianças surdas que apresentam algum grau de limitação cognitiva. Em algumas das situações mais extremas, há discriminação e abandono. Contrariando esse entendimento, Alves e Frassetto (2015) ressaltam que uma criança surda carrega consigo todos os atributos que normalmente são encontrados nas crianças ouvintes, no entanto, apenas a sua maneira de expressão e comunicação é o que a difere das demais.

As crianças surdas podem assim desfrutar de todas as atividades recreativas que lhes são oferecidas. Aliás, existe uma estreita ligação entre os benefícios pedagógicos do uso de jogos e o ensino de Libras (Pereira *et al*, 2009). O brincar no ensino de Libras na primeira infância, tanto para crianças surdas quanto para ouvintes, ajuda a estimular a abstração e o desenvolvimento intelectual e motor, entre outras coisas. Isto permite que as crianças se expressem e interpretem a sua cultura umas com as outras, ao mesmo tempo que criam uma comunicação positiva.

Nascimento *et al*. (2016) enfatiza que os jogos concebidos para uso no contexto escolar não apenas aproximam as crianças surdas, mas também incluem as crianças ouvintes.

Isso traz a tão esperada inclusão na sala de aula e a integração de todos, pois as brincadeiras servem tanto para reforçar o aprendizado sobre o convívio com as diferenças quanto para ferramenta didática, bem como para outros tipos de atividades no campo educacional. Isso significa que os jogos têm dois propósitos: integrar socialmente e enriquecer didaticamente.

Para superar obstáculos, uma criança surda pode precisar de ajuda para interagir com crianças ouvintes. As brincadeiras na primeira infância são essenciais para as crianças e, se forem surdas, precisarão da ajuda de um intérprete qualificado para ajudá-las no diálogo em sala de aula.

Martins, Albres e Sousa (2015) enfatizam que como o bilinguismo é discutido na primeira infância, é interessante que os professores percebam como as crianças surdas participam da realidade em termos de linguagem e, utilizar jogos acessíveis a crianças ouvintes e surdas é uma forma de fortalecer as relações sociais no contexto de sala de aula. Outrossim, Torres (2020), Nascimento et al. (2016) e Lacerda e Turetta (2018) comentam em suas teses que o uso de ferramentas visuais para tarefas escolares e jogos tem o poder de incluir todas as crianças em uma mesma análise.

A forma como o jogo auxilia na construção social do indivíduo, a partir do momento em que ele absorve informações sobre sua realidade, pode levar à transformação tanto de valores culturais quanto sociais (Fortuna, 2008). Considerando isso, o envolvimento de Libras na vida de uma criança, surda ou ouvinte, por meio de exercícios lúdicos pode criar um local adequado para a transformação de percepções no diálogo com uma pessoa surda.

Esta reavaliação provocada nas relações sociais das crianças surdas, além de ser extremamente importante para o progresso global, proporciona uma oportunidade para a sua independência e humanização, pois como as crianças surdas e ouvintes interagem através da brincadeira, elas conseguem aprender uma nova língua com mais facilidade, permitindo-lhes se abrirem em um universo simbólico de brincadeiras em uma transposição da realidade para um universo de faz-de-conta. Portanto, essa interação auxilia no desenvolvimento das expressões corporais, orais e de raciocínio lógico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou demonstrar o processo de ensino e aprendizagem por meio da ludicidade como ferramenta facilitadora do ensino de Libras para crianças surdas e ouvintes e demonstrou através das bibliografias disponíveis que esse método pode ser eficaz para a aprendizagem, tanto de Libras quanto de outras disciplinas.

Como já visto no desenvolvimento, as atividades lúdicas são essenciais para uma infância saudável, bem como para a formação completa do indivíduo, pois ele acaba sofrendo com atos históricos que alteram a forma como brincar. Diante disso, é notável o quanto as crianças conseguem absorver princípios sociais e culturais e assim despertar uma compreensão real do mundo.

Portanto, através da ludicidade são compreendidos valores, regras, dinâmicas sociais e até preconceitos históricos, ou seja, a brincadeira abre o acesso das crianças ao patrimônio cultural da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elizabete Gonçalves; FRASSETTO Silvana Soriano. Libras e o desenvolvimento de pessoas surdas. **Aletheia**, Canoas, RS, n. 46, p. 211-221, jan./abr. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira. Educação Escolar Inclusiva de Pessoas com Surdez na Escola Comum – Questões Polêmicas e Avanços Contemporâneos. 1. ed. Campinas: Brasil, 2005.

GUARINELLO, Ana Cristina et al. A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2006, v. 12, n. 3 p. 317-330. ISSN 1980-5470.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 7. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico. 23ª Reunião Anual da ANPED, 24 a 28 de setembro: **Anais**. Caxambu, MG: ANPED, 2000.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; TURETTA, Beatriz Aparecida dos Reis. Representação simbólica por crianças surdas na educação infantil. **Horizontes**, v. 36, n.3, p.

24-35, set./dez. 2018.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto Nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n.1, p. 49-63, jan./mar. 2013.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; ALBRES, Neiva de Aquino; SOUSA, Wilma Pastor de Andrade. Contribuições da educação infantil e do brincar na aquisição de linguagem por crianças surdas. **Pro-Posições**, v. 26, n. 3, p. 103-124, 2015.

NASCIMENTO, Ayrton Matheus da Silva et al. Jogo da memória dos alfabetos em libras & jogo da memória dos números em libras: duas propostas didáticas de inclusão.II CINDETI: **Anais**. Campina Grande, PB: Realize Editora, 2016.

PIMENTEL, Claudia; LIMITE, Keissy Sibelly Moraes; BUENAGA, Vivian. Professora ouvinte na educação de surdos: diálogos sobre histórias e brincadeiras na educação infantil. **RevistAleph**, Niterói, RJ, Ano XVII, n. 35, p. 200-218, dez. 2020.

SCHEMBERG, Simone; GUARINELLO, Ana Cristina; MASSI, Giselle. O ponto de vista de pais e professores a respeito das interações linguísticas de crianças surdas. **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2012, v. 18, n. 1, p. 17-32. ISSN 1980-5470.

XVI
FRPED